

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E AS MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL: ANÁLISE DOS ALUNOS E EGRESSOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

SOCIAL SECURITY EDUCATION AND SOCIAL SECURITY CHANGES: ANALYSIS OF THE STUDENTS AND GRANTS OF A HIGHER EDUCATION INSTITUTION

RESUMO

O estudo analisou a relação das variáveis indicadores de educação previdenciária com as características socioeconômicas de graduando e egressos de uma universidade em Goiânia. Aplicou-se um questionário eletrônico, cuja amostra foi de 249 respondentes. Utilizaram-se os testes estatísticos de Fisher, Qui-quadrado, Spearman e Kendall para verificar associações entre investimentos de recursos para a fase de aposentadoria, utilizando as seguintes variáveis: idade; gênero; renda; acompanhar reformas previdenciárias; possuir carteira de trabalho assinada; e conhecer benefício fiscal para PGBL. Foram constatadas associações dos investimentos de recursos para a fase de aposentadoria com: gênero; renda; acompanhar reformas previdenciárias; possuir carteira de trabalho assinada e conhecer benefício fiscal para PGBL. Essas associações sugerem que os participantes estão acompanhando as reformas da previdência e tem consciência da necessidade de acumulação de patrimônio para o pós-carreira, entretanto eles não realizam esses investimentos em decorrência da baixa renda. Há evidência estatística de que os homens investem recursos para a fase de aposentadoria com maior frequência do que as mulheres, contribuindo assim, com a literatura, uma vez que esses resultados são corroborados por estudos anteriores.

PALAVRAS-CHAVE: Educação financeira, Aposentadoria, Investimento.

ABSTRACT

The study analyzed the relationship between the social security indicators and the socioeconomic characteristics of undergraduates and graduates of a university in Goiânia. An electronic questionnaire was applied, whose sample was 249 respondents. The following statistical tests were used: Fisher's exact test, Chi-square, Spearman and Kendall to verify the association of the investments of resources for the retirement phase with the following variables: age; genre; income; follow social security reforms; have a signed work permit; know tax benefit for PGBL. It was verified the association of the investments of resources for the retirement phase with: gender; income; follow social security reforms; have a signed work permit and know the tax benefit for PGBL. These associations suggest that the participants are following the pension reforms and are aware of the need to accumulate wealth for the post-career period, although they do not carry out these investments due to low income. There is statistical evidence that men invest resources for the retirement phase more often than women, thus contributing to the literature, since these results are corroborated by previous studies.

Keywords: Financial education, Retirement, Investment.

Dayane Vieira Gomes

MBA em Gestão Empresarial, Controladoria e Finanças pela Faculdade Unida de Campinas (FacUnicamp). Graduada em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Contato: Rua 235, n. 722, Setor Universitário, Goiânia, GO, CEP: 74.605.050. E-mail: dayanevg@hotmail.com

Elis Regina de Oliveira

Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal de Goiás (UFG), MBA em Gestão Atuarial pela Universidade de São Paulo (USP), Especialização em Docência Universitária pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), Graduação em Ciências Atuariais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Contato: Rua 235, n. 722, Setor Universitário, Goiânia, GO, CEP: 74.605.050. E-mail: elisregina@pucgoias.edu.br

Geovane Camilo dos Santos

Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialização em Planejamento e Gestão Tributária pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM). Contato: Rua 235, n. 722, Setor Universitário, Goiânia, GO, CEP: 74.605.050. E-mail: geovane_camilo@yahoo.com.br

Leonardo Rodrigues de Oliveira Merelles

Mestre em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica (PUC Goiás). Graduação em Engenharia de Produção pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Contato: Rua 235, n. 722, Setor Universitário, Goiânia, GO, CEP: 74.605.050. E-mail: leonardotringo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O equilíbrio econômico-financeiro do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) no Brasil tem sido pauta de várias discussões, principalmente a partir da década de 1990, devido aos frequentes déficits. Em longo prazo há previsão de aumento das despesas em função do acúmulo de benefícios, resultado de regras de concessão de aposentadoria sem limite etário e aumento da expectativa de vida. Ainda, conjugada com esses fatores, há a previsão de redução da arrecadação em virtude da redução da taxa de fecundidade, agravando a instabilidade desse sistema (Giambiagi, 2007; Marques, Batich, & Mendes, 2003; Oliveira, Beltrão, & Ferreira, 1997).

Nessa perspectiva, o aumento da expectativa de vida e a redução da taxa de fecundidade intensificaram a pressão por reformas, também nos países da América Latina, Europa e América do Norte. Nesse sentido, Dumont e Maré (2007) menciona que, na Europa, há o denominado inverno demográfico, que se refere ao envelhecimento da população a partir da queda da natalidade, o que gera uma instabilidade socioeconômica (Béland, 2006; Beshears, Choi, Laibson, & Madrian, 2006; Bonoli, 2003; Nitsch & Schwarzer, 1998).

No Brasil, o envelhecimento da população, combinado com o crescente aumento da expectativa de vida demanda a formação de poupança em longo prazo, tornando necessárias ações educativas quanto ao consumo consciente, orçamento familiar equilibrado e desenvolvimento de cultura previdenciária. Nesse contexto, parte-se do pressuposto que a qualidade de vida futura requer renda para manter o padrão socioeconômico na terceira idade, considerando a elevação dos gastos com medicamentos, plano de saúde e em alguns casos, profissionais para cuidados pessoais (Demirgüç-Kunt, Klapper, & Panos, 2016).

Entretanto, ao considerar resultados de pesquisa internacional da Global Findex, percebe-se que 32% dos brasileiros acima de 15 anos poupou alguma quantia em 2015, proporção menor do que os demais países de renda *per capita* próxima a do país (43%), e muito inferior aos países de alta renda (73%). Apenas 6,4% realizavam investimentos em previdência privada, enquanto no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), esse percentual passa para 48,9% (Pontes et al., 2017).

Conforme amostra de 3,3 mil brasileiros, 42% realizaram investimentos em 2017, com o seguinte perfil: predomínio de homens (55%) com idade média de 43 anos e mais escolaridade, com atividade de trabalho com registro em carteira de trabalho (34%), morando principalmente no Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Os investimentos estão concentrados principalmente em poupança (89%), em previdência privada (6%), e em fundos de investimentos (5%) (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais [ANBIMA], 2018).

Essas duas pesquisas evidenciam o baixo nível de investimentos realizados pelos brasileiros, inclusive os direcionados para renda de previdência. Esse cenário causa preocupação, pois em concomitância ao esgotamento do modelo de previdência social, estruturada em regime de repartição simples, ocorre também a crise do analfabetismo financeiro. Para Dam e Hotwani (2017), essa crise é decorrente da sofisticação dos produtos dos sistemas financeiros interligados globalmente; da exigência de formação de reservas para assegurar renda na fase da aposentadoria; e da baixa cultura de formação de poupança.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desenvolve um programa de educação financeira desde 2003, no qual a educação previdenciária está inserida (OCDE, 2012). Os princípios desse programa são de âmbito internacional, com participação dos países que dela fazem parte, inclusive Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Japão e Brasil, em decorrência dos baixos níveis de conhecimento financeiro por parte da população, que conduzem ao excessivo endividamento e baixo investimento e/ou a investimentos inadequados (Atkinson & Messy, 2013). Os países membros da OCDE compartilham programas, ideias e esforços conjuntos voltados para a orientação dos indivíduos quanto à necessidade de adoção de ações educativas desde a primeira fase educacional, com vista a obterem tranquilidade financeira, visto que a formação de poupança em longo prazo é necessária para a estabilidade econômica do indivíduo e do país (Monteiro, 2008).

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo identificar relação de variáveis indicadoras de educação previdenciária com as características socioeconômicas de graduandos e egressos de uma universidade em Goiânia (Goiás).

Esta pesquisa se justifica pelo fato de que os jovens universitários tem a possibilidade de obtenção de renda futura superior ao teto de contribuição da Previdência Social, ao longo da carreira profissional, exigindo deles ações de acumulação de patrimônio, com vista a assegurar poder aquisitivo para a fase de aposentadoria, tendo em vista que o benefício que receberão estará limitado ao teto. Nesta perspectiva, é importante identificar se os jovens estão se preparando financeiramente para a fase de pós-carreira.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Comportamento do Consumidor, Alfabetização e Educação Financeira

A teoria do comportamento do consumidor estuda como o consumidor aloca sua renda limitada entre diferentes bens e serviços, buscando maximizar seu bem-estar, partindo da premissa que o consumidor seja racional (Pindyck & Rubinfeld, 2010). Para compreender o comportamento do consumidor estuda-se sua escolha em três fases distintas: suas preferências; sua restrição orçamentária; e então sua escolha por determinado bem ou serviço. Ainda, segundo esses autores, para compreender as preferências utiliza-se de três premissas básicas: 1) as preferências são completas; 2) as preferências são transitivas; e 3) mais é melhor do que menos.

A preferência do consumidor pode ser influenciada pelo baixo nível de conhecimento sobre o bem ou serviço, além da assimetria de informações relacionadas aos mesmos, conduzindo-o a uma preferência equivocada. As opções de investimentos no mercado financeiro, em seguros, e em previdência tornaram-se mais complexas com a globalização e o uso de informações em tempo real. Por consequência, o mercado oferece ao consumidor opções que muitas vezes eles não têm conhecimento sobre suas características, adequação ao seu perfil de investidor, ou ainda informações básicas sobre o uso do crédito para que possa avaliar suas preferências, conforme sua restrição orçamentária e efetuar a escolha que maximize o seu bem-estar (OCDE, 2012).

De acordo com Ishii (2017), o consumidor é menos sensível ao aumento de juros do que os empresários, sugerindo que eles fazem utilização de crédito movido pelo impulso, o que poderia explicar a menor redução no volume de crédito contratado quando ocorre elevação da taxa de juros para esse público, em relação aos produtores. Lusardi & Mitchell (2011) ressaltam que a falta de conhecimento básico sobre juros, inflação e diversificação de riscos podem conduzir a opções equivocadas de estratégias de investimentos, provocando perdas financeiras e comprometendo o planejamento financeiro em longo prazo do investidor.

Para entender o porquê de muitas famílias chegarem à fase da aposentadoria com nenhuma ou pouca riqueza, é necessário compreender o analfabetismo financeiro e sua relação direta com a educação financeira (Lusardi & Mitchell, 2007). A alfabetização financeira está relacionada com o conhecimento dos conceitos básicos de economia (composição dos juros, inflação e diversificação de riscos), voltados para as finanças pessoais, que vão orientar o comportamento do consumidor quanto ao uso consciente e sustentável do crédito e realização de investimentos de acordo com o seu perfil. Já a educação financeira, além do conhecimento de finanças pessoais, envolve habilidade, atitude e confiança no uso desses conceitos para tomada de decisão que proteja o bem-estar financeiro do consumidor (OCDE, 2012; Silva, Magro, Gorla, & Nakamura, 2017). Assim, pode-se compreender didaticamente a educação financeira como fase evolutiva da alfabetização financeira.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), desde o início do século XXI desenvolve esforços no cenário internacional para articular as políticas de estruturação e monitoramento dos programas de educação financeira. Com o apoio do grupo G-20, constituído pelo Brasil, mais dezoito países com as maiores economias do planeta e União Europeia, foram definidos os “*High-level principles on national strategies for financial education*” (OCDE, 2012). Esses princípios de alto nível sobre estratégias nacionais de educação financeira tratam do reconhecimento da sua importância e de sua institucionalização no cenário nacional, portanto do arcabouço legal para sua implantação, com ênfase principalmente no público jovem, com o tema tratado desde as primeiras fases educacionais.

A necessidade da educação previdenciária é ratificada pela tendência do predomínio da economia liberal, com menor paternalismo do governo em concessão de benefícios, evidenciada por sucessivas reformas previdenciárias realizadas no país desde 1998, além da necessidade em capacitar o indivíduo para atuar como consumidor consciente vis-à-vis à sofisticação de serviços e produtos financeiros, reforçando os princípios de proteção ao consumidor (Lusardi & Mitchell, 2007; OCDE, 2012). Segundo Savoia, Saito e Santana (2007), embora o Brasil apresente sistema financeiro sofisticado, pressionado principalmente pelo período de alta inflação e abertura de mercado, no início da década de 1990, o desenvolvimento do programa de educação financeira não acompanhou o mesmo ritmo e apresentou resultados inferiores aos do E.U.A e da Inglaterra. Para Silva et al. (2017) esforços conjuntos entre governo, organizações não governamentais, escolas e instituições públicas e privadas podem ser direcionados para a educação financeira de jovens adultos, capacitando-os para tomar decisões conscientes sobre o uso do crédito e investimentos.

Nesse sentido, as habilidades e atitudes de rotina como pesquisar preço; pedir desconto; controlar despesas; evitar pagamento de juros comprando à vista; evitar desperdício; evitar compras por impulso; constituir reservas financeiras; conhecer os contratos financeiros realizados; acompanhar os extratos das operações financeiras; planejar despesas e investimentos, entre outras, quando incorporadas já na juventude se tornam mais permanentes e eficazes (SEBRAEPREV, 2014). No Brasil, a educação financeira e previdenciária ainda está na fase inicial, quando comparada com outros países. Com o objetivo de conscientizar os indivíduos desde cedo, o governo inseriu educação financeira na Base Nacional Comum Curricular, orientando a elaboração dos currículos para escolas públicas e privadas, do ensino fundamental e médio, como tema transversal, permeando as disciplinas de acordo com suas especificidades e tratando-a de forma contextualizada (Pontes et al., 2017; Mette & Matos, 2015; Guimarães, 2010; Pinheiro, 2008).

De acordo com a OCDE (2005), citado por Savoia et al. (2007, p. 1129) os “programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros”. Assim, a educação previdenciária faz parte do programa de educação financeira, partindo do princípio que boas práticas financeiras na fase jovem e madura possibilitam condições aos indivíduos de realizarem investimentos, com a finalidade de manter poder aquisitivo após a aposentadoria (Pinheiro, 2008; Lusardi & Mitchell, 2007).

No Brasil, os esforços de educação previdenciária estão orientados pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), abordando temas relacionados ao planejamento de finanças pessoais, poupança, previdência, uso do crédito, direitos e deveres do consumidor, seguros e investimentos. A ENEF é conduzida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em conjunto com outros órgãos públicos e entidades privadas, que atuam em três níveis: informação, instrução e orientação, destinados à população em geral. Conforme pesquisa empírica realizada por Lopes, Kataoka, Ribeiro, Pederneiras (2010) com as 50 maiores entidades fechadas de previdência privada, foi percebida a preocupação com divulgação de material sobre educação previdenciária para os participantes dos planos de benefícios.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) desde 1998, com o Programa de Orientação ao Investidor (PRODIN), desenvolve projetos de conscientização do indivíduo para investimento dos recursos financeiros, permitindo desenvolvimento do mercado financeiro e de capitais, desviando-os do consumismo (CVM, 2018). A Previdência Social com o objetivo de reduzir o baixo nível de alfabetização financeira e previdenciária da população, promove ações de orientação e informação, palestras, programas de mídia, educação à distância e incentivo à inserção no RGPS, direcionadas para o público em geral (Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social [ANASPS], 2017).

Ressalta-se que a educação previdenciária, no Brasil também está pressionada pelas frequentes reformas da Previdência Social, tendo em vista o aumento da expectativa de vida, que subiu para 75,9 anos, podendo ser justificado pela melhoria em serviços de saneamento básico, educação, desenvolvimento da tecnologia no âmbito da saúde e principalmente pelo arrefecimento da taxa de fecundidade (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2017). Em 2050, ao nascer, a expectativa de vida do brasileiro será de 77,5 para homens e de 83,9 anos para as mulheres, afetando diretamente a Previdência Social, Saúde e a Assistência Social (IBGE, 2017).

2.2 Estudos correlatos e desenvolvimento das hipóteses de pesquisa.

Silva, Silva, Vieira, Desiderati, Neves (2017) constataram mediante pesquisa empírica, aplicada a 202 pessoas que atuam no serviço público, alunos de graduação e pós-graduação, que o índice de alfabetização financeira difere do índice de educação financeira, sugerindo que conhecimento básico em finanças pessoais não é o único quesito para considerar uma pessoa alfabetizada financeiramente. A variável grau de escolaridade não foi significativa para formação do índice de educação financeira, sugerindo que conhecimentos de finanças pessoais não são trabalhados nas escolas. E a variável poupança foi significativa para formação dos índices de alfabetização e educação financeira.

Lusardi e Mitchell (2011) avaliaram o grau de conhecimento de finanças pessoais (composição de juros, inflação e diversificação de riscos) de pessoas nos Estados Unidos da América, Alemanha, Holanda, Suécia, Japão, Itália, Nova Zelândia e Rússia), investigando como a alfabetização financeira impactou suas vidas, analisadas por ciclos. Os resultados sugeriram que, em média, as famílias alcançam a idade de aposentadoria com pouca ou nenhuma riqueza acumulada, revelando baixo conhecimento de conceitos econômicos básicos para suporte às tomadas de decisões com gastos e investimentos, afetando a formação de poupança e de planejamento previdenciário. A baixa alfabetização financeira predomina entre os jovens e idosos nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Foram analisados os indicadores de composição dos juros, que avaliaram a compreensão e cálculo de questões financeiras, principalmente juros, sendo que os países com indicativo de melhor grau de escolaridade apresentam melhores resultados nesse quesito. Quanto às questões relacionadas com inflação, países com experiência inflacionária recente tendem a responder melhor esse quesito. Quanto à diversificação de riscos, países com alterações recentes na previdência social ou privada conseguem responder melhor esse quesito e sobre outros tipos de ativo, mesmo em países de mercado financeiro expressivo pouco souberam responder.

Ainda, segundo essa pesquisa, as mulheres apresentam menor nível de alfabetização financeira, em todos os países pesquisados, em relação aos homens. Quanto ao grau de escolaridade, esse está fortemente correlacionado com o conhecimento financeiro, mas mesmo nos níveis mais altos de escolaridade o índice de alfabetização financeira tende a ser baixo para todos os países. A alfabetização financeira, tende a ser maior para os que trabalham, podendo ser explicado por ações de educação financeira desenvolvida pelas empresas ou por troca de conhecimento entre colegas (Lusardi & Mitchell, 2011).

Boisclair, Lusardi e Michaud (2017) analisaram o nível de educação financeira e como essa influencia o planejamento de aposentadoria da população do Canadá. Os resultados indicam que 42% dos entrevistados responderam corretamente a três perguntas que medem o conhecimento da composição de juros, inflação e diversificação de riscos. Esse desempenho é melhor do que o apresentado pelos Estados Unidos, mas inferior ao da Alemanha. E os mais baixos desempenhos dos canadenses estão relacionados aos grupos: mulheres; jovens e idosos e baixo nível de escolaridade. Conforme esse estudo a aposentadoria está fortemente associada à alfabetização financeira e, segundo os autores, os resultados estão coerentes com outras pesquisas internacionais.

Demirgüç-Kunt et al. (2016) investigaram em mais de 140 países, considerando amostra aleatória de mil pessoas entrevistadas, em parceria com a Gallup Inc. para compreender como os adultos acumulam recursos para a fase de aposentadoria, com vista a manter bem-estar socioeconômico no pós-carreira. Verificaram que 25% dos adultos economizam para essa fase, com taxa superior a 35%, quando seus países são integrantes da OCDE. O perfil mundial de pessoas com maior taxa de investimentos para a aposentadoria é caracterizada por predomínio de homens adultos, com maior grau de instrução e conta bancária. Os homens apresentam maior proporção do que as mulheres na acumulação de recursos para essa finalidade e essa diferença tende a ser maior em países em desenvolvimento.

Em pesquisa com amostra de quatro mil e quatrocentos respondentes, Potrich, Vieira e Kirch (2015) investigaram a relação entre as variáveis explicativas: sexo, estado civil, dependentes, ocupação, idade, escolaridade do pai e da mãe, renda própria e renda familiar, por meio de modelos logit e probit. Os resultados evidenciaram que as variáveis: sexo (9,56%), escolaridade (2,54%), renda própria (6,32%) e renda familiar (3,73%) apresentaram efeitos marginais positivos e estatisticamente significantes. Verificaram que homens, que não possuem dependentes e com maiores níveis de renda pessoal e familiar apresentam maior propensão de ser inserido no grupo com alto nível de alfabetização financeira.

Portanto, conforme os estudos apresentados pela fundamentação teórica, tendo em vista países com renda *per capita* mais elevadas, maior realização de investimentos para a aposentadoria (Demirgüç-Kunt et al. 2016), e efeitos marginais positivos e estatisticamente significativos (Potrich et al. 2015) por hipótese considerou-se que a renda do indivíduo está associada positivamente com a realização de investimentos de recursos para a fase de aposentadoria. Portanto, formula-se a hipótese 1:

H₁: Há associação positiva entre a renda e a realização de investimentos dos recursos para a fase de aposentadoria.

O público-alvo desta pesquisa (graduandos e egressos de curso de ensino superior) está composto predominantemente por jovens, cuja idade mais alta está próxima dos 40 anos. Ao considerar os resultados obtidos por Boisclair, Lusardi e Michaud (2017), parte-se do pressuposto que haja influência positiva da idade sobre a realização de investimentos de recursos para a fase de aposentadoria, resultando na segunda hipótese:

H₂: Há associação positiva entre a idade e a realização de investimentos dos recursos para a fase de aposentadoria.

Ainda em conformidade com o exposto por Boisclair, Lusardi e Michaud (2017) e Potrich, Vieira e Kirch (2015), e ao considerar o predomínio de homens na realização de investimentos, estruturou-se a hipótese 3:

H₃: Há associação positiva entre sexo masculino e a realização de investimentos para a fase de aposentadoria.

As contribuições do debate interno sobre reforma da previdência com propostas sempre na direção de menor benefício ou maior idade para recebimento possibilitou afirmar preliminarmente que entrevistados que acompanham essas mudanças estão mais conscientes da necessidade de acumulação de patrimônio para a fase de aposentadoria (Giambiagi, Mendonça, & Ardeo, 2004). Em conformidade com esse contexto elaborou-se a quarta hipótese:

H₄: Há associação positiva entre acompanhamento das mudanças na previdência social e a realização de investimentos de recursos para a fase de aposentadoria.

Os segurados do RGPS contribuem de forma compulsória para a Previdência Social, portanto, são direcionados ao planejamento da aposentadoria, considerando um benefício limitado ao teto de contribuição (Brasil, 1988). Quanto mais o salário do trabalhador exceder ao teto de contribuição, mais o poder aquisitivo dele estará vulnerável quando da aposentadoria.

As reformas do RGPS, desde 1998, conduzem em geral à redução do salário de benefício para as próximas gerações, principalmente pela ampliação do período de contribuição (Giambiagi et al. 2004). Assim, exigindo do trabalhador planejamento previdenciário para manter bem-estar financeiro quando da aposentadoria.

O trabalhador com carteira de trabalho assinada possui vínculo obrigatório com o RGPS e com possibilidade de obtenção de renda de aposentadoria. Como proteção do poder de compra no período de pós-carreira, que se torna mais exigente em função da longevidade, o trabalhador tem diversas opções de investimentos. No entanto, o nível de educação previdenciária é baixo, inclusive nos países desenvolvidos, tornando complexa a realização desses investimentos (Demirgüç-Kunt et al., 2016; Lusardi & Mitchell, 2011). Esse contexto conduziu à elaboração da quinta hipótese:

H₅: Há associação positiva entre as pessoas que trabalham com carteira assinada e a realização de investimentos de recursos para a fase de aposentadoria.

A acumulação de patrimônio com vista ao pós-carreira exige do segurado conhecimento das opções e características dos investimentos, disciplina e capacidade de sacrificar o consumo presente para obter melhores condições de consumo no futuro, quando ocorrer a perda da capacidade laborativa ou pelas restrições de mercado aos idosos.

Atualmente, os dois principais produtos de renda por sobrevivência, comercializados pela previdência privada aberta são: Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), caracterizado como plano de previdência e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), caracterizado como seguro de vida. O PGBL, criado em 1998, veio ao encontro das sugestões de empresas de previdência em oferecer um produto destinado à fase de aposentadoria, com saldo acumulado constituído por cem por cento de rentabilidades e contribuições líquidas, que será transformado em renda de aposentadoria, conforme data de início previsto pelo próprio participante. Esse benefício tem a previsão de crescimento lento e contínuo, pelas próprias características de investimento em longo prazo (Carvalho et al., 1998).

Em geral, o participante de PGBL e VGBL efetua contribuições mensais, com valor previamente estipulado por ele, e possui maior flexibilidade para alterá-las ou interrompê-las temporariamente sem exclusão do plano, com possibilidade de saques parciais (SUSEP, 2017). Portanto, os participantes desses dois produtos são mais exigidos em disciplina e determinação quanto ao valor e à regularidade dos pagamentos, bem como em não realizar resgates parciais e totais, em períodos de restrição financeira. Logo, educação previdenciária para esse público é essencial para garantir de fato uma renda de aposentadoria, conforme prevista no início do plano, evitando frustrações futuras.

A adesão ao PGBL possibilita obtenção de benefícios fiscal do Imposto de Renda Pessoa Física (IRRF), conforme Lei n. 9.532 (1997) e artigo 69 da Lei Complementar n. 109 (2001). As contribuições vertidas para planos de previdência são dedutíveis na base de cálculo do IRRF, limitado a 12% do valor total, para participantes que estejam vinculados à Previdência Social. Portanto, contribuições efetuadas para planos de previdência privada fechada e PGBL são passíveis de dedução, assim o diferimento do valor dessas deduções é considerado como benefício fiscal. Esse benefício fiscal implica no diferimento do pagamento do imposto que deixa de ser efetuado no momento presente para ser realizado quando de saques parciais, total ou do recebimento da renda mensal de aposentadoria, conforme regime tributário escolhido na data da contratação do plano, que pode ser Progressivo ou Regressivo (Campani & Brito, 2018). Assim, estabelece-se a sexta hipótese deste estudo.

H_6 : Há associação positiva entre o conhecimento sobre o benefício fiscal do Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e a realização de investimentos de recursos para a fase de aposentadoria.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para identificar a relação de variáveis indicadoras de educação previdenciária com as características socioeconômicas dos respondentes, utilizou-se o método de pesquisa *Survey*, com corte transversal (*cross-sectional*). O público-alvo foi composto pelos graduandos e egressos de uma Instituição de Ensino Superior (IES), totalizando 40.209 pessoas, no período de 2013-2017. A coleta de dados ocorreu no mês de outubro de 2017, mediante questionário estruturado com predomínio de perguntas fechadas, cujo envio foi eletrônico.

Essa IES forneceu os contatos (e-mails e telefones), o que possibilitou selecionar aleatoriamente 8 mil pessoas (6 mil alunos e 2 mil egressos, de todos os cursos de graduação). Por e-mail e *WhatsApp*, houve o retorno de apenas 105 questionários. Para ampliar a amostra, utilizou-se o *Messenger* do *Facebook*, com retorno de 144, totalizando a amostra com 249 questionários, preenchidos de forma adequada, com 100% de aproveitamento. Houve três questionários não preenchidos, pois os entrevistados declararam não ter interesse em continuar com a pesquisa, após estarem cientes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O questionário foi elaborado com uso do *software survio*, com o TCLE devidamente autorizado pelo respondente (Freitas, Oliveira, Saccol, & Moscarola, 2000). Estruturou-se esse instrumento de coleta de dados com a finalidade de conhecer o perfil do entrevistado (sexo, faixa etária, grau de instrução) e demais variáveis relacionadas à educação financeira e previdenciária. Para validação dele foi realizado pré-teste, aplicado para 10 alunos de graduação, que responderam via e-mail e em seguida foram entrevistados para obtenção de melhorias, que resultaram em maior simplicidade e clareza das perguntas.

Em relação à educação financeira e previdenciária, foram realizados questionamentos sobre a faixa de renda, relação com a previdência oficial (está ou não com carteira de trabalho assinada? Se não é contribuinte obrigatório, está contribuindo com a previdência oficial?); e destino dado à renda mensal (gasta totalmente em consumo? guarda parte da renda? investe em curto ou longo prazo? qual tipo de investimento?). Quanto à educação previdenciária, foram realizadas as seguintes perguntas: investe recursos para a fase de aposentadoria? Conhece o benefício fiscal para investidores em plano de previdência privada? Acompanha as propostas de reforma da Previdência Social?

Os dados foram tabulados com o auxílio da planilha Excel. O pacote “*stats*” do *software R* foi utilizado para a realização dos testes estatísticos não paramétricos de Kendall τ_b (Tau_b) Kendall τ_c (Tau_c), de Spearman (*ps*), Qui-Quadrado (e teste exato de Fisher, com o objetivo de avaliar a associação estatística entre as variáveis utilizadas nos testes das hipóteses.

Com o coeficiente de correlação mensurado aplicou-se o método de estatística de teste para avaliar o grau de significação, para decidir sobre a rejeição ou aceitação da hipótese nula (H_0), indicando a associação ou não das variáveis, conforme amostra. A interpretação do teste conduz a rejeição de H_0 quando o nível crítico (valor *p*) for igual ou inferior ao nível de significância (valor $p \leq \alpha$) (Bisquerra, Sarriera, & Martinez, 2004; Siegel & Castellan, 2006).

A partir das informações coletadas foi traçado o perfil socioeconômico e de indicadores de educação previdenciária, conforme apresentado na parte de resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise desenvolvida a seguir considera as características do público-alvo da pesquisa: discentes ou egressos dos últimos cinco anos, de todos os cursos de graduação de uma universidade em Goiânia (GO), considerando a amostra final de 249 pessoas, que responderam ao questionário.

O perfil dos participantes tem predomínio no gênero feminino (61,85%), principalmente nas faixas etárias de 18-25 (67,87%) e 26-33 (20,08%) anos, totalizando 87,95% da amostra. O grau de escolaridade predominante é o nível superior incompleto (64,66%) e completo (25,70%), totalizando 90,36% da amostra, sendo os demais com pós-graduação. As rendas (expressa em salários mínimos) concentram em até um salário mínimo (41,37%) e de um salário mínimo a três (43,37%), totalizando 84,74% da amostra, sendo que 51,00% estão vinculados obrigatoriamente à Previdência Social, em função do vínculo empregatício com carteira de trabalho assinada.

O perfil obtido é coerente com o esperado para os alunos de graduação e profissionais no início de carreira, em sexo, idade e renda. A proporção (51,00%) de contribuintes para a Previdência Social está mais elevada do que a apre-

sentada pelos contribuintes, na qualidade de empregado para o RGPS (44,03%), em relação a população de economicamente ativa ocupada (MPS, 2017).

Quanto às variáveis indicadoras de educação financeira e previdenciária, os resultados revelaram que os participantes que declararam que contribuem, mesmo não tendo vínculo com a Previdência Social representam 18,85% do total (122) sem contrato de trabalho, sugerindo que eles têm consciência da importância de proteção previdenciária para si e seu grupo de dependentes econômicos, pois estão contribuindo de forma espontânea. A categoria “Não vejo vantagens em contribuir com a Previdência Social” apresentou a menor participação (13,93%), indicando que de alguma forma a maioria desses 122 participantes não tem resistência em contribuir, mas sim por “Nunca ter pensado a respeito” (33,61%) ou por “Incapacidade financeira” (33,61%).

Em torno de 50% dos entrevistados declararam que estão consumindo toda a renda mensal, enquanto que os demais investem parte dessa renda, demonstrando comportamento esperado para quem tem educação financeira. Do total da amostra, 24,9% realizam investimentos em longo prazo, para a fase de aposentadoria. As modalidades que mais se destacaram foram: mercado financeiro (9,64%), mercado imobiliário (6,02%) e PGBL (5,22%). No entanto há predominância (74,70%) dos que não realizam investimentos em longo prazo. A proporção de investidores em PGBL está abaixo dos valores apresentados pela Anbima (2018).

Ao analisar o conhecimento dos participantes sobre o benefício fiscal para investidores em PGBL, verifica-se que 40,96% têm conhecimento, embora apenas 3,21% tenham esse produto. Apesar da disponibilidade de material publicitário nas mídias e esforço de venda por parte das instituições financeiras e empresas de previdência, o que se verifica é o predomínio (59,04%) do desconhecimento do benefício fiscal, que está no mercado desde 1998, e desde então esperado que a adesão a esse produto fosse lenta (Carvalho, 1998).

O baixo nível de educação previdenciária da população brasileira, representado pela baixa cultura de realização de investimentos em longo prazo está coerente com os resultados obtidos em outros países (Demirguç-Kunt et al., 2016; Lusardi & Mitchell, 2011), podendo ser explicado, também, pelas memórias remanescentes dos problemas de atualização monetária dos planos de previdência na década de 1970; processo inflacionário sem precedente, principalmente durante a década de 1980 e início dos anos 90; concentração de renda, por consequência empobrecimento da classe média; e mudanças rápidas na estrutura demográfica, tecnológica e econômica do país, que refletem em novas regras de benefícios previdenciários pela Previdência Social.

As frequentes reformas da Previdência Social têm pressionado a população à discussão dos temas e ampliado a oportunidade de aprofundar o nível de educação previdenciária, pela urgência da matéria e de seu impacto na vida do brasileiro. Essa percepção é corroborada por 79,92% dos participantes da amostra (249), os quais responderam que acompanham o debate e têm consciência da necessidade de renda extra para complementar a aposentadoria, no pós-carreira. Apenas 6,43% mencionam que acompanham, mas não pretendem tomar nenhuma atitude para obter outra renda para suplementar a aposentadoria oficial. Assim, 86,35% da amostra estão acompanhando o debate e elevando o nível de informações sobre o tema.

Embora em menor proporção (13,65%), os que “Não acompanham as reformas e não tem interesse” reforçam a necessidade de educação previdenciária, desde as primeiras fases de idade, tanto pela escola quanto pelas famílias. Segundo Lusardi & Mitchell (2007) o analfabetismo financeiro generalizado, tanto entre os jovens quanto idosos, nos E.U.A e em outros países conduz as famílias à fase de aposentadoria com pouca ou nenhuma acumulação de patrimônio que os permita se protegerem da incapacidade para o trabalho.

Com os testes das hipóteses, conforme Tabela 3, verificam-se evidências estatísticas de associação positiva entre renda e investimentos de recursos para a fase de aposentadoria ($X^2 = 77,7$, $p < 0,01$; $\rho_s = 0,46$; $p < 0,01$; Kendall $\tau-b = 0,369$, $p < 0,01$). A associação dessas variáveis sugere que o cidadão investe recursos para a fase de aposentadoria, quanto maior for o nível de renda, sendo coerente com a literatura (Demirguç-Kunt et al., 2016; Lusardi & Mitchell, 2011).

Tabela 3 – Testes de hipóteses estatísticas

Hipóteses	Teste Exato Fisher	Qui-quadrado		Spearman (ρ_s)		Kendall (τ_b)		Kendall (τ_c)	
	(p-value)	X^2	p-value	ρ_s	p-value	$\tau-b$	p-value	$\tau-c$	p-value
(H ₀): não associação entre renda e investimentos	-	77,7	0,000 (***)	0,4	0,00 (***)	0,37	0,000 (***)	0,25	0,000 (***)
(H ₀): não associação entre idade e investimentos	-	13,6	0,849	0,1	0,223	0,07	0,222	0,04	0,231
(H ₀): não associação entre sexo e investimentos	0,021 (**)	11,5	0,021 (**)	-0,2	0,012 (**)	-0,15	0,013 (**)	-0,13	0,015 (**)

Hipóteses	Teste Exato Fisher	Qui-quadrado		Spearman (ρ_s)		Kendall (τ_b)		Kendall (τ_c)	
	(p-value)	X^2	p-value	ρ_s	p-value	$\tau-b$	p-value	$\tau-c$	p-value
(H ₀): não associação investimentos e mudanças na Previdência Social	0,323	12	0,153	-0,15	0,02 (**)	-0,14	0,026 (**)	-0,08	0,005 (***)
(H ₀): não associação CTPS e investimentos	0,091 (*)	8,05	0,09 (*)	0,0	0,707	0,02	0,706	0,02	0,706
(H ₀): não associação opção por Previdência Privada e incentivo fiscal.	-	93,60	0,000 (***)	-0,3	0,000 (***)	-0,260	0,000 (***)	-0,160	0,000 (***)

Nota: ***, **, * denotam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: dados da pesquisa.

A hipótese estatística de não associação entre idade da pessoa e realização de investimentos de recursos para a fase de aposentadoria não pode ser rejeita (Tabela 3), sugerindo a não concentração de investidores em determinada faixa etária. Portanto, a hipótese de pesquisa, que supõe associação entre as variáveis idade e realização de investimento, não foi confirmada. Esse resultado é corroborado por Atkinson e Messy (2013) e Silva et al. (2017), que evidenciaram não haver influência de idade no índice de alfabetização financeira.

Sexo e investimentos de recursos para a fase de aposentadoria estão associados estatisticamente (Fisher; $p < 0,5$; $X^2 = 11,509$, $p < 0,05$; Spearman $\rho_s = -0,159$; $p < 0,05$; Kendall $\tau-c = -0,135$, $p < 0,05$), sugerindo que os homens investem recursos para a fase de aposentadoria (no mercado imobiliário, financeiro, rendas por sobrevivência (PGBL e VGBL), com maior frequência (34,74%) do que as mulheres (18,95%). Esses resultados convergem com os estudos realizados por Potrich et al. (2015) e Silva et al. (2017) ao mencionarem que o sexo masculino tende a apresentar maiores níveis de educação financeira.

Percebe-se ainda, uma coerência deste estudo com pesquisa de mercado no Brasil e literatura internacional, com ressalva quanto ao crescimento da participação das mulheres no segmento de renda por sobrevivência, superando os homens, podendo no futuro alcançá-los no total de planos de previdência e VGBL (Hung, Yoong, & Brown, 2012; Revista Apólice, 2013; Wiltgen, 2011).

A associação entre acompanhamento das reformas da Previdência Social e realização de investimentos de recursos para a fase de aposentadoria foi estatisticamente observada (Spearman $\rho_s = -0,148$; $p < 0,05$; Kendall $\tau-c = -0,078$, $p < 0,01$). Ocorreu predomínio (79,92%) para os que acompanham as mudanças na Previdência e tem consciência da necessidade de renda extra para complementar a aposentadoria oficial no pós-carreira. No entanto, apenas 28,29% estão realizando algum tipo de investimento de recursos para o pós-carreira, no momento.

A associação inversa (negativa) entre as duas variáveis sugere que embora os participantes da pesquisa estejam acompanhando as reformas e tenham a consciência da necessidade de acumulação de patrimônio para a fase do pós-carreira, eles estão sem fazê-lo por questão de renda, tendo em vista que a maioria (84,74%) possui remuneração de até 3 salários mínimos. Compatível, portanto, com associação positiva entre renda e investimentos de recursos no pós-carreira e a experiência internacional, que identifica a baixa renda um fator de exclusão do processo de educação financeira e previdenciária (Atkinson & Messy, 2013; Lewis & Messy, 2012).

O grau de escolaridade desse público-alvo é privilegiado em relação à maioria da população brasileira, que de acordo com o Censo de 2010, tinha 7,9% de brasileiros com curso de nível superior (Ministério da Educação e Cultura [MEC], 2012), refletindo o forte potencial desse grupo para acumulação de renda no pós-carreira, tendo em vista que tendem a receber remuneração acima do teto da Previdência Social ao longo do desenvolvimento de suas carreiras. No entanto, conforme estudo realizado por Silva et al. (2017), a variável grau de escolaridade não foi significativa para formação do índice de educação financeira. Assim, como pesquisa realizada para Lusardi e Mitchell (2011) constataram que mesmo nos níveis mais alto de escolaridade o índice de alfabetização financeira tende a ser baixo.

Verificou-se associação positiva entre participantes com contrato de trabalho (CTPS) e investimentos de recursos para fase de aposentadoria estatisticamente observada (Fisher; $p < 0,10$ e $X^2 = 0,091$, $p < 0,10$). Essa correlação sugere que trabalho formalizado, com contribuição obrigatória à Previdência Social, influencia positivamente na realização de investimento de recursos para a fase de aposentadoria.

Existe associação de investimentos de recursos para a fase de aposentadoria e conhecimento do incentivo fiscal para planos de previdência, porém ela é negativa ($X^2 = 93,595$, $p < 0,01$; Spearman $\rho_s = -0,278$; $p < 0,01$; Kendall $\tau-c = -0,164$, $p < 0,01$). Entre os participantes que possuem PGBL (13) a maioria conhece o benefício fiscal (61,54%), porém, a quantidade que possui PGBL no total de investidores (63) é baixa (20,63%). Predominam os participantes que investem recursos para aposentadoria no mercado financeiro (38,10) e imobiliário (23,81%). O grupo de participantes que não

fazem investimento e declararam que não têm PGBL e não conhecem o benefício fiscal representa a frequência mais expressiva (46,99%), sugerindo que o desconhecimento do benefício fiscal está concentrado no grupo dos que não realizam investimentos para a fase da aposentadoria.

5. CONCLUSÃO

Conforme os dados coletados, mediante questionário aplicado aos alunos e aos egressos dos últimos cinco anos de uma IES localizada em Goiás constatou-se, mediante os testes estatísticos não paramétricos aplicados (Qui quadrado, Spearman e Kendall), associação positiva entre renda e investimentos para a fase da aposentadoria, indicando que à medida que a renda aumenta, também aumenta os recursos investidos.

Constatou-se que não houve evidência estatística de associação dos investimentos de recursos para a fase de aposentadoria com idade, sugerindo que não existe a predominância de uma faixa etária. No entanto, quanto mais jovem for o investidor maior será o tempo de aplicação de recursos para essa finalidade, aumentando o retorno acumulado e como consequência melhor qualidade de vida, além de possuir uma menor contribuição em termos financeiros com a previdência privada.

O sexo do participante apresenta associação com a realização de investimentos para a aposentadoria, com domínio dos homens, principalmente em mercado financeiro, imobiliário e rendas de sobrevivência. Ressalta-se, no entanto, a importância de incluir em programas de educação previdenciária um conjunto de ações especificamente direcionado para o público feminino, uma vez que as mulheres apresentam maior expectativa de vida e, assim, demandam maiores reservas para a fase de aposentadoria.

Observou-se associação inversa entre acompanhamento das mudanças na previdência social com a prática de investimentos em longo prazo, sugerindo que embora os indivíduos reconheçam a necessidade de planejamento, estes não realizam investimentos. Verificou-se, também, associação entre pessoas que trabalham com carteira de trabalho assinada com investimento de recursos para a fase de aposentadoria, o que pode ser justificado por uma carreira mais estável e com maior disponibilidade de recursos para investimentos no pós-carreira. O conhecimento do benefício fiscal referente ao PGBL está inversamente associado com investimentos para a fase de aposentadoria evidenciando que, mesmo com o conhecimento dessa vantagem, os participantes em sua maioria não optaram por esse tipo de investimento.

A partir das variáveis analisadas, identifica-se que o nível de educação previdenciária por parte desse público-alvo ainda é baixo, ao considerar a expectativa de vida mais elevada e uma carreira com média salarial acima do teto da previdência, e, assim, surge a necessidade de investimentos em longo prazo, para assegurar que não ocorra a diminuição do padrão de vida quando estes estiverem na terceira idade. A renda baixa, concentrada até três salários mínimos, sugere ser esse um fator importante para limitação dos investimentos.

O tema educação previdenciária requer engajamento de diversos agentes da sociedade na estruturação de programas e ações que promovam a educação previdenciária, essencial para a população com perspectiva de renda acima do benefício do teto do Regime Geral da Previdência Social, considerando seus desafios e sustentabilidade.

O desenho desta pesquisa apresenta uma limitação por trabalhar com respondentes que naturalmente, por serem graduandos ou com início de carreira, ainda não alcançaram nível de renda, que possibilite gerar excedentes para realização de investimentos. Entretanto, essa limitação não reduz o mérito da pesquisa, sendo que o presente artigo colabora para o desenvolvimento de novos trabalhos na área, com estímulo e contribuição para o fortalecimento da educação financeira no país. Sugerem-se, ainda, pesquisas com profissionais com mais tempo no mercado, utilizando-se inclusive a rede social, composta por profissionais com perfil de renda acima do teto de contribuição para a Previdência Social.

REFERÊNCIAS

ANBIMA- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. (2018). *Raio X do investidor brasileiro*. Recuperado de <https://bit.ly/2pWW5uu>.

ANASPS – Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social. (2017, August). *Secretaria de Previdência promove educação financeira entre estudantes*. Recuperado de <https://bit.ly/2NlkYi>

Atkinson, A., & Messy, F. A. (2013, October). Promoting financial inclusion through financial education. *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions*, 34, 1-55. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1787/5k3xz6m88smp-en>.

BACEN - Banco Central do Brasil. (2013). *Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais*. Brasília: BCB, 2013. 72 p. Recuperado de <https://bit.ly/2NivEY7>

Béland, D. (2006, October). The Politics of Social Learning: Finance, Institutions, and Pension Reform in the United States and Canada. *Governance: An International Journal of Policy, Administration and Institutions*, 19(4), 559-583. Recuperado de <https://bit.ly/2L-PdsIq>.

Beshears, J., Choi, J. J., Laibson, D., & Madrian, B. C. (2006). The importance of default options for retirement saving outcomes: Evidence from the United States. *Social security policy in a changing environment*. Recuperado de <http://www.nber.org/chapters/c4539.pdf>.

Bisquerria, R., Sarriera, J. C. & Martinez, F (2004). *Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS*. Porto Alegre: Artmed.

- Boisclair, D., Lusardi, A., & Michaud, P.C. (2017). Financial literacy and retirement planning in Canada. *Journal of Pension Economics & Finance*, 16, 277-296. Recuperado de <https://bit.ly/2Hn9K4m>.
- Bonoli, G. (2003, July). Two worlds of pension reform in Western Europe. *Comparative Politics*, 35(4), 399-416. Recuperado de <https://bit.ly/2HIBUMV>.
- Campani, C. H., & Brito, L. M. (2018, Abril). Fundos de previdência privada: passividade a preços de fundos ativos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29(76), 148-163. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/141342/136383>.
- Carvalho, G. J. (1998, julho 12). Planos de previdência começam a mudar. *Jornal Folha de São Paulo*, Mercado, p. 1. Recuperado de <https://bit.ly/2Hlw6wj>.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de <https://bit.ly/1dFiRrW>.
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários. (2018). *Educação financeira ao alcance de todos*. Recuperado de <https://bit.ly/367VUNv>.
- Dam, L., & Hotwani, M. (2017). The relationship between age and income with financial planning – An exploratory study. *Pratibimba – The Journal of IMIS*, 7-16. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2934855.
- Demirgüç-Kunt, A., Klapper, L. F., & Panos, G. A. (2016, June). Saving for old age. *World bank group: Policy Research Working Paper 7693*, 1-41. Recuperado de <https://bit.ly/2VEyqOq>.
- Dumont, G. F., & Maré, M. (2007). *La Crise demografica in Europa: Implicazioni e riflessioni*. Roma: Palazzo Colonna. Recuperado de <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01441072/document>.
- Freitas, H., Oliveira, M., Saccol, A. Z., & Moscarola, J. (2000, julho). O método de pesquisa survey. *Revista de Administração*, 35(3), 105-112. Recuperado de <https://bit.ly/2CY4oqN>.
- Giambiagi, F., Mendonça, J. L. O., & Ardeo, V. L. (2004, dezembro). Diagnóstico da Previdência Social no Brasil: o que foi feito e o que falta reformar? *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 34(3), 365-418. Recuperado de <https://bit.ly/2W6vnOE>.
- Giambiagi, F. (2007). *Reforma da previdência, o encontro marcado: a difícil escolha entre nossos*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Guimarães, M. C. M. (2010). *Estudo do Programa da Educação Financeira e Previdenciária nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar*. 2º Prêmio PREVIC de Monografias: previdência complementar fechada. -- Brasília: MPS, Previc.
- Hung, A., Yoong, J., & Brown, E. (2002). Empowering women through financial awareness and education. *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions*, 14, 1, 2012. <http://dx.doi.org/10.1787/5k9d5v6kh56g-en>.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Estatísticas. Tábuas completas de mortalidade – 1998;2015*. Brasília: IBGE. Recuperado de <https://bit.ly/2YxiBpK>.
- Ishii, K. S. (2017). O comportamento entre juros e crédito no Brasil para consumidores e produtores. *Revista de Estudos Sociais*, 20(39), 165-183. Recuperado de <https://bit.ly/2WKKg6k>.
- Lei n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997*. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Poder Legislativo.
- Lei Complementar n. 109, de 29 de maio de 2001*. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Poder Legislativo.
- Lewis, S., & Messy, F. A. (2012). Financial education, savings and investments: An overview. *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions*, 22, 1-44. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1787/5k94gxrw760v-en>.
- Lopes, J. E. G., Kataoka, S. S., Ribeiro, J. F. Filho, & Pederneiras, M. M. M. (2010, outubro). Um estudo sobre a divulgação das informações das práticas de governança corporativas nos sítios das entidades fechadas de previdência privada. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 7(13), 151-174. Recuperado de <https://bit.ly/2WaME9g>.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2007, October). Financial literacy and retirement preparedness: Evidence and implications for financial education. *Business Economics*, 42(1), 35-44. Recuperado de <https://bit.ly/34eloqZ>.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2011, October). Financial literacy around the world: an overview. *Journal of Pension Economics & Finance*, 10, 497-508. Recuperado de <https://doi.org/10.1017/S1474747211000448>.
- Marques, R. M., Batich, M., & Mendes, Á. (2003, Março). Previdência Social Brasileira: um balanço da reforma. *São Paulo em Perspectiva*, 17(1), 111-121. Recuperado de <https://bit.ly/2ov1qD3>.
- Mette, F. M. B., & Matos, C.A. (2015, Junho). Uma análise bibliométrica dos estudos em educação financeira no Brasil e no mundo. *Revista Interdisciplinar de Marketing*, 5(1), 46-63. Recuperado de <https://bit.ly/2HActpN>.
- MEC - Ministério da Educação e Cultura (2012). *Número de brasileiros com graduação cresce 109,83% em 10 anos*. Recuperado de <https://bit.ly/2HuKVCh>.
- Monteiro, P. C. (2008, Novembro). A importância da educação previdenciária. *Revista Técnica do 29º congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão*. Rio de Janeiro, Abrapp/ICSS/Sindapp. Recuperado de <https://bit.ly/2HIEClz>.
- Nitsch, M., & Schwarzer, H. (1998). De paradigmas e mitos: notas sobre os fundos de pensão chilenos. *Revista de Economia Política*, 18(2), 96-105. Recuperado de <https://bit.ly/30oehuZ>.
- Oliveira, F. E. B., & Beltrão, K. I. (1997). *Reforma da previdência*. Brasília: CNT. Recuperado de http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0508a.pdf.
- OECD/INFE. (2012). *High-level principles on national strategies for financial education*. Recuperado de <https://bit.ly/2LR9GOs>.

Pinheiro, R. P. (2008). Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão. In: *Fundos de Pensão e Mercado de Capitais*. São Paulo: Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia e Editora Peixoto Neto. Recuperado de <https://bit.ly/30yBHxM>.

Pontes, A. K., Forte, C. M. J., Roriz, C. O., Dias, E. B. V. S., Araújo, F. A. L., Garber, G., ..., & Nascimento, T. L. G. (2017). Estratégia Nacional de Educação Financeira: Efeitos de Longo Prazo da Educação Financeira em Escolas Brasileiras: evidências e sugestões de políticas. Banco Central do Brasil. Recuperado de <https://bit.ly/2JPbCUv>.

Previc - Superintendência de Seguros Privados (2017). *Tipos de planos e benefícios: PGBL*. Recuperado de <https://bit.ly/2Eb0bU4>.

Previc - Superintendência Nacional de previdência Complementar. (2019). *Educação Financeira e Previdenciária*. Recuperado de <https://bit.ly/2otyPnG>.

Potrich, A. C. G., Vieira, K. M., & Kirch, G. (2015). Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26 (69), 362–377. Recuperado de <https://bit.ly/2VpJvhq>

Revista Apólice. (2013, 15 de abril). *Mulheres investem mais em previdência privada*. Recuperado de <https://bit.ly/2Jnhy8z>.

Savoia, J.R.F., Saito, A. T., & Santana, F. A. (2007, abril). Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 41(1), 71-78. Recuperado de <https://bit.ly/2HoFCFG>.

Sebrae Previdência. (2014). *Fascículos de educação financeira – Rendas passivas*. Brasília: Mais ativos educação financeira. Recuperado de <https://bit.ly/2w1bTMr>.

Siegel, S., & Castellan, N. J. Jr. (2006). *Estatística não-paramétrica (para as ciências do comportamento)*. São Paulo: Artimed.

Silva, T. P., Magro, C. B. D., Gorla, M. C., & Nakamura, W.T. (2017, Setembro). Financial education level of high school students and its economic reflections. *Revista de Administração*, 52(3), 285-303. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1016/j.rausp.2016.12.010>

Silva, G. O., Silva, A. C. M., Vieira, P. R. C., Desiderati, M. C., Neves, M. B. E. (2017, agosto 18). Alfabetização financeira versus educação financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(3), 279-298. Recuperado de <https://bit.ly/2W56MK1>.

Wiltgen, J. (2011, novembro 9). Mulheres investem mais que homens em previdência. *Revista Exame.com*. Recuperado de <https://bit.ly/2W8hP59>.